



PARTE C

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 13229-A/2014

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e

Considerando os resultados obtidos em sede de procedimento concursal desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, para o cargo de diretor-geral da Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto,

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2014, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e na sequência de procedimento concursal, a licenciada Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de diretora-geral da Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, a que se refere o n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de novembro de 2014.

29 de outubro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos.

Data de nascimento: 13 de julho de 1973.

Categoria e carreira: técnica superior.

Formação académica:

Em 1998 — pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Em 1997 — pós-graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito de Lisboa; Em 1996 — Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Evolução profissional:

Desde fevereiro de 2012, Diretora-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA (nomeação em regime de substituição);

Entre julho de 2007 e fevereiro de 2012, diretora de serviços de recursos humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;

Entre março de 2005 e julho de 2007: técnica superior da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) afeta ao Departamento de Regimes Jurídicos de Emprego;

Entre agosto de 2004 e março de 2005: adjunta do Secretário de Estado do Orçamento do XVI Governo Constitucional;

Entre fevereiro de 2000 e julho de 2004: técnica superior da Direção-Geral da Administração Pública (DGAP) afeta ao Departamento de Recrutamento e Seleção de Pessoal; Entre setembro de 1996 e janeiro de 2000 — Advogada.

Experiência profissional relevante:

Coordenação, gestão e acompanhamento da atividade do INA nos vários domínios de intervenção: formação e inovação na aprendizagem,

desenvolvimento organizacional, recrutamento e gestão da mobilidade, cooperação interna e internacional, informação e documentação e biblioteca e edições;

Responsável pelo processo de reorganização interna da Direção-Geral, incluindo racionalização da estrutura, cargos dirigentes, mapa de pessoal, mudança de instalações, identificação e redução de despesas assim como reorganização integral da atividade desenvolvida;

Membro do júri português dos Prémios Europeus de Promoção Empresarial (EPPA), a convite do IAPMEI, IP;

Representante do INA em vários grupos de trabalho, designadamente para reorganização interna do Ministério das Finanças, racionalização das TIC e serviços partilhados;

Coordenação e acompanhamento da atividade da Direção de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;

Assegurar a prestação centralizada de serviços na área de recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional (estudos e planeamento, formação profissional, apoio jurídico e apoio administrativo), para 12 dos organismos integrados na administração direta do Ministério e 7 Gabinetes ministeriais;

Participação em reuniões do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS) em representação do MEID, tendo sido designada pelo Ministro da Economia como responsável pela elaboração, análise e proposta de avaliação das cartas de missão dos dirigentes superiores do Ministério;

Membro da comissão técnica para elaboração de estudos preparatórios da portaria de condições de trabalho para trabalhadores administrativos em regime de contrato individual de trabalho entre 2009 e 2011;

Designada por despacho do Ministro da Economia e Inovação conselheira para a igualdade na equipa interministerial existente na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;

Membro do grupo de trabalho constituído para análise e discussão da proposta de lei sobre o novo regime de vínculos, carreiras e remunerações;

Membro do grupo de trabalho Interministerial constituído para análise e discussão das leis orgânicas dos Ministérios no âmbito do PRACE, assim como do Grupo de trabalho constituído com o objetivo de emitir parecer sobre todos os projetos de diplomas orgânicos dos serviços e organismos da Administração Pública;

Participação em sessões negociais com as Associações Sindicais representativas dos trabalhadores da Administração Pública;

Membro do grupo de trabalho que, no âmbito da DGAEP, acompanhou as questões emergentes do Regime do Contrato Individual de Trabalho da Administração Pública tendo coordenado entre julho de 2004 e julho de 2005, o Grupo de Trabalho para o acompanhamento das questões emergentes do novo estatuto do pessoal dirigente;

Acompanhamento da atividade do Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento, como adjunta de Gabinete, em matérias referentes à área de organização e recursos humanos;

Elaboração, enquanto técnica da DGAEP, de pareceres jurídicos sobre as mais variadas matérias no âmbito do regime jurídico de emprego público, recrutamento e seleção de pessoal, contrato individual de trabalho e organização de serviços;

Formadora certificada pelo IEFEP, I. P., nas áreas de recrutamento e seleção, carreiras e estatuto do pessoal dirigente.

Representação Internacional:

Representante portuguesa no Grupo DISPA (Directors of Schools and Institutes of Public Administrations);

Em novembro de 2013 — Participação como representante portuguesa em reuniões relativas ao sistema de recrutamento e seleção de pessoal, que tiveram lugar na Argélia, organizadas conjuntamente pela OCDE-SIGMA e UE;

Em dezembro de 2011 — representante portuguesa na reunião relativa à modernização do setor público e racionalização de estruturas que decorreu na República do Montenegro, com organização conjunta da OCDE-SIGMA e UE;

Entre junho de 2007 e dezembro de 2007 — Coordenadora do grupo de trabalho de Recursos Humanos da rede EUPAN — European Public Administration Network — Human Resources Management Group durante a Presidência Portuguesa;

Representante do HRWG nas reuniões de Diretores-Gerais, na Troika de Diretores-Gerais e do Secretariado da Troika;

Representante do HRWG nas reuniões do Grupo de Trabalho sobre Diálogo Social, do Grupo de Trabalho Inovação em Serviços Públicos (IPSG), do Grupo de Trabalho E-Gov e no Grupode Trabalho DISPA (Directors of Schools and Institutes of Public Administrations);

Entre junho de 2004 e dezembro de 2005 — Representante portuguesa no Grupo EPSO — Office Européen de Selection du Personnel.

208199367

Despacho n.º 13229-B/2014

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e

Considerando os resultados obtidos em sede de procedimento concursal desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, para o cargo de presidente dos Serviços Sociais da Administração Pública e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto,

1 - Designo, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2014, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e na sequência de procedimento concursal, o licenciado Humberto Jorge Alves Meirinhos para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de presidente dos Serviços Sociais da Administração Pública, a que se refere o n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, e o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de fevereiro.

2 - Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de novembro de 2014.

29 de outubro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Dados de identificação

Nome: Humberto Jorge Alves Meirinhos;
Natural de S. Martinho de Angueira – Miranda do Douro;
Data de Nascimento: 07 de setembro de 1960.

Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 04 de junho de 1987;

Técnico Superior do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.

Atividade profissional

De 11 de janeiro de 1988 a 26 de abril de 1989, Técnico Superior de 2ª Classe do Serviço de Administração e Função Pública (Macau) – Funções no Departamento de Administração Civil;

De 27 de abril de 1989 até 18 de dezembro de 1990, Técnico Superior de 1ª Classe do Serviço de Administração e Função Pública - Departamento de Administração Civil;

Vogal das Comissões de recenseamento das pessoas coletivas para o sufrágio indireto de 1988 e 1989;

Membro da Comissão de Classificação de Espetáculos em 1989;

Membro da Comissão Eleitoral Territorial das Eleições para as Assembleias Municipais em 1988;

Formador do Centro de Formação da Administração Pública desde 1989 até 1992 na área de Direito;

De 31 de janeiro de 1991 e até março de 1996, Chefe de Departamento do Gabinete de Estudos, Coordenação e Planeamento (GECPE), da Câmara Municipal das Ilhas, serviço de apoio direto à Presidência;

Membro da Comissão de Terras desde 1992;

Membro da Comissão do Domínio Público Hídrico desde 1992;

Membro do Grupo Coordenador de Habitação Social desde 1992;

Membro do Conselho Técnico de Habitação desde 1992;

De 19 março de 1996 até 30 de abril de 2007 – Presidente do Conselho de Direção dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros;

Membro do Conselho Superior de Ação Social Complementar (Por Inerência);

Janeiro de 1998 – Vereador da Câmara Municipal de Miranda do Douro;

Janeiro de 2002 - Membro da Assembleia Municipal;

Março de 2002 – Técnico Superior da Direção Geral dos Transportes Terrestres;

Outubro de 2005 – Membro da Assembleia Municipal;

Membro do grupo de trabalho para a colocação dos trabalhadores dos extintos serviços sociais do Ministério da saúde, em 2005;

Membro do grupo de trabalho para a preparação da fusão dos serviços sociais dos diversos Ministérios (6) e criação dos Serviços Sociais da Administração Pública, de junho de 2006 a abril de 2007;

Membro do Conselho Consultivo da Direção Geral de Proteção aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) desde 2008;

Membro do Conselho Consultivo da Fundação INATEL desde 2013;

De 01 maio de 2007 até à presente data – Presidente dos Serviços Sociais da Administração Pública.

Formação complementar

Curso de Formação de Formadores;

Curso sobre feitura das Leis;

Curso de Administração Local – UCCLA / CFA;

Curso Código de Procedimento Administrativo;

Curso de Maastricht a Amsterdão – O Novo Tratado da União Europeia;

Curso de Direito Administrativo Europeu;

Seminário – WORKSHOP, Em Sistemas da Informação na Administração Pública;

Curso de Formação WORD, Nível Iniciado;

Curso de Formação SIADAP;

Curso de Gestão por Objetivos;

Seminário de Alta Direção;

1º Encontro Luso-Espanhol Sobre Contratação Pública – As novas Diretivas da EU e os Novos Modelos de Contratação Pública;

Seminário – PROGRAMA LEGISLAR MELHOR;

Curso Avançado de Gestão Pública CAGEP 1ª Edição 2007;

Seminário – O NOVO SIADAP – AVALIAÇÃO E GESTÃO DE DESEMPENHO;

Curso – O NOVO REGIME DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA;

Curso – Análise da Informação para a Decisão;

Curso – O Código dos Contratos Públicos;

Curso – Noções Básicas do Regime Legal Aplicado aos Trabalhadores em Funções Públicas.

208199456

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

Portaria n.º 907-A/2014

A Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças, nos termos do Despacho n.º 13477/2009, de 27 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho, vai proceder à aquisição centralizada de combustíveis rodoviários em posto de abastecimento para as seguintes entidades adjudicantes: Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças (GMEF), Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (SGMF), Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP) e Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E. P. E. (IGCP, E. P. E.).

Considerando que a Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças se propõe, enquanto entidade agregadora, a proceder à abertura do respetivo procedimento, ao abrigo do Acordo-Quadro de Aquisição de Combustíveis Rodoviários de 2012, celebrado pela ex-Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP), ora ESPAP, I. P., nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Considerando que os encargos orçamentais decorrentes dos contratos de aquisição de combustíveis rodoviários em posto de abastecimento se estimam em € 1.045.602,61, com IVA incluído, encargos esses a repartir pelos anos económicos de 2015 e 2016.

Considerando que há lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico, o que obriga a autorização prévia conferida em portaria.